

**CRISTIANO CHAVES DE FARIAS
NELSON ROSENVALD**

**CURSO DE
DIREITO CIVIL
PARTE GERAL E LINDB**

VOLUME 1
13ª EDIÇÃO REVISTA, AMPLIADA E ATUALIZADA

**SÃO PAULO
EDITORA ATLAS S.A. - 2015**

© 2014 by Editora Atlas S.A.

As doze primeiras edições deste livro foram publicadas
pela Editora JusPodivm; 13. ed. 2015



Capa: Leonardo Hermano

Imagem da capa: *A árvore da vida*, de Gustav Klimt

Projeto gráfico e composição: Set-up Time Artes Gráficas

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Farias, Cristiano Chaves de

Curso de direito civil: parte geral e LINDB, volume 1 / Cristiano Chaves
de Farias, Nelson Rosendal. – 13. ed. rev., ampl. e atual. –

São Paulo: Atlas, 2015.

Bibliografia.

ISBN 978-85-224-9443-9

ISBN 978-85-224-9454-5 (PDF)

1. Direito civil 2. Direito civil – Brasil

I. Rosendal, Nelson. II. Título.

14.10696

CDU-347(81)

Índice para catálogo sistemático:

1. Brasil : Direito civil 347(81)

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – É proibida a reprodução total
ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio. A violação dos
direitos de autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184
do Código Penal.

Depósito legal na Biblioteca Nacional conforme Lei nº 10.994,
de 14 de dezembro de 2004.

Impresso no Brasil/Printed in Brazil



Editora Atlas S.A.

Rua Conselheiro Nébias, 1384

Campos Elísios

01203 904 São Paulo SP

011 3357 9144

atlas.com.br

Palavras Prévias 13ª edição, xxv

Prefácio, xxxi

Apresentação, xxxv

I Introdução ao Direito Civil, 1

- 1 Noções conceituais sobre o direito, 3
- 2 Acepções da palavra *direito*, 5
 - 2.1 Noções gerais, 5
 - 2.2 Direito objetivo e direito subjetivo, 5
 - 2.3 Direito potestativo, 8
 - 2.4 Direito positivo (e pós-positivismo jurídico) e o direito consuetudinário, 10
 - 2.5 Direito natural, 11
- 3 Instrumentos de controle social, 12
- 4 Divisão do direito (clivagem entre o público e o privado), 13
- 5 O problema da unificação do direito privado e a codificação no direito civil brasileiro, 16
- 6 O Código Civil de 2002 e os seus paradigmas (os valores da codificação brasileira), 21
 - 6.1 Os paradigmas (ou diretrizes) do Código Civil de 2002, 21
 - 6.2 A socialidade, 21
 - 6.3 A eticidade, 24
 - 6.4 A operabilidade ou concretude, 27
- 7 Conceito (constitucionalizado) de direito civil e a sua sistematização, 29
- 8 O direito civil constitucional (a constitucionalização do direito civil), 32
- 9 A aplicação dos direitos fundamentais (constitucionais) nas relações privadas (eficácia horizontal dos direitos fundamentais), 41
- 10 A aplicação dos tratados e convenções internacionais no âmbito das relações de direito civil (eficácia supralegal das convenções internacionais ou convencionalização do direito civil), 45
- 11 A eficácia dos direitos sociais nas relações privadas, 48
- 12 O diálogo das fontes como mecanismo de aplicação das normas de direito privado, 50
- 13 Princípios do direito civil e as suas tendências contemporâneas, 53
 - 13.1 A propalada bipartição das normas jurídicas: as regras e os princípios, 53
 - 13.2 A inexistência de hierarquia normativa entre princípios e regras, 56
 - 13.3 Os princípios e a técnica de ponderação de interesses (técnica de balanceamento) aplicada no direito civil, 58
 - 13.4 A aplicação das normas-regras e a excepcional possibilidade de derrotabilidade (superabilidade ou *defeseability*) nos *extreme cases* (casos extremos), 62
- 14 Os princípios do direito civil e as suas tendências contemporâneas, 70

II A Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro, 75

- 1 Noções gerais, 77
- 2 As fontes do direito, 79
 - 2.1 Considerações introdutórias, 79
 - 2.2 Fontes materiais, formais e não formais, 79

- 2.3 Fontes imediatas e mediatas, 81
- 3 Interpretação das normas, 84
- 4 Integração das normas, 88
- 5 Vigência das normas, 96
- 6 A obrigatoriedade das normas, 103
- 7 A eficácia das leis no tempo, 105
- 8 Eficácia das leis no espaço, 112
 - 8.1 A aplicação da lei estrangeira e o princípio da territorialidade mitigada, 112
 - 8.2 O respeito à ordem pública como filtro para a admissão da lei estrangeira no território nacional, 115
 - 8.3 A aplicação da sentença ou laudo arbitral estrangeiro e o *exequatur* do Superior Tribunal de Justiça, 116
 - 8.4 Prova dos fatos ocorridos no exterior, 121
 - 8.5 O Direito das Famílias e a sua aplicação no espaço (Direito Internacional das Famílias), 122

III A Personalidade Jurídica e os Direitos da Personalidade, 125

- 1 A dignidade da pessoa humana como valor fundamental do ordenamento jurídico brasileiro, 127
- 2 A pessoa, 132
 - 2.1 Generalidades, 132
 - 2.2 Espécies de pessoas, 133
- 3 A Personalidade jurídica, 134
- 4 Os direitos da personalidade, 137
 - 4.1 Breve esboço histórico, 137
 - 4.2 Noções conceituais: das velhas definições ao dogma fundamental do direito civil-constitucional, 138
 - 4.3 Fontes, 140
 - 4.4 Características, 142
 - 4.5 As liberdades públicas e os direitos da personalidade, 146
 - 4.6 A possibilidade de colisão entre os direitos da personalidade e a *liberdade de imprensa* ou a *liberdade de expressão* e o critério de solução adequado (inadmissibilidade do *hate speech*), 147
 - 4.7 A liberdade de expressão, os direitos da personalidade e as biografias não autorizadas, 152
 - 4.8 O direito (da personalidade) ao esquecimento e a liberdade de imprensa, 154
 - 4.9 A proteção dos direitos da personalidade e a insuficiência dos argumentos clássicos: a tutela avançada (preventiva e repressiva) dos direitos da personalidade, 160
 - 4.10 A proteção da personalidade da pessoa morta e os lesados indiretos, 168
 - 4.11 Classificação dos direitos da personalidade, 171
 - 4.11.1 Noções gerais, 171
 - 4.11.2 Cláusula geral de proteção da personalidade: o direito à vida (digna) como pressuposto dos direitos da personalidade, 172
 - 4.11.3 Direito à integridade física, 174
 - 4.11.4 Direito à integridade psíquica (moral), 201
 - 4.11.5 Direito à integridade intelectual, 224
- 5 O nome civil, 239

- 5.1 Noções conceituais e características, 239
- 5.2 Elementos componentes do nome civil, 241
- 5.3 O princípio da inalterabilidade relativa e as hipóteses de alteração do nome civil, 243
- 5.4 Hipóteses controvertidas de mudança do nome civil, 248
- 5.5 O nome comercial, 251
- 5.6 A tutela jurídica do nome civil, 252

IV A Pessoa Natural, 255

- 1 Noções conceituais sobre a pessoa natural, 257
- 2 O início da pessoa natural, 259
- 3 O tratamento jurídico do nascituro, 260
- 4 Possibilidade de responsabilidade civil da gestante por condutas prejudiciais ao nascituro durante a gravidez?, 267
- 5 O tratamento jurídico do embrião laboratorial (*in vitro*), 269
- 6 A capacidade civil: a capacidade de fato (ou de exercício), a capacidade de direito (ou de gozo) e a teoria das incapacidades, 271
 - 6.1 Noções gerais sobre a capacidade jurídica, 271
 - 6.2 A distinção entre a capacidade jurídica e a legitimação, 272
 - 6.3 A capacidade de direito e a capacidade de fato, 272
 - 6.4 A teoria das incapacidades, 273
 - 6.5 O reconhecimento das incapacidades e a ação de interdição (curatela dos interditos), 284
 - 6.5.1 As incapacidades e a proteção da dignidade humana do interditando (a interdição em visão civil-constitucional), 284
 - 6.5.2 A ação de interdição (curatela dos interditos), 288
 - 6.5.3 A validade dos atos praticados pelo incapaz antes da decisão de interdição, 296
 - 6.6 Crítica ao sistema de incapacidades do Código Civil, 296
- 7 A cessação da incapacidade e a emancipação, 297
- 8 O estado civil da pessoa natural, 303
- 9 A extinção da pessoa natural: a morte, 305
 - 9.1 Noções gerais, 305
 - 9.2 A morte real como regra geral do sistema jurídico brasileiro, 307
 - 9.3 A morte real sem cadáver (a morte presumida sem a declaração de ausência), 308
 - 9.4 O direito à morte digna e o testamento vital (diretivas antecipadas ou *living will*), 309
 - 9.5 A comoriência, 315
 - 9.6 A ausência como presunção de morte e a sua declaração judicial, 317
- 10 Domicílio da pessoa natural (foro), 324

V A Pessoa Jurídica, 329

- 1 Noções preliminares: do reconhecimento da personalidade jurídica a agrupamentos humanos à função social da empresa (a pessoa jurídica na visão civil-constitucional), 331
- 2 Escorço histórico, 335
- 3 Conceito e elementos caracterizadores, 336

- 4 Características, 337
- 5 Natureza jurídica, 339
- 6 Classificação, 340
 - 6.1 Quanto à nacionalidade, 340
 - 6.2 Quanto à estrutura interna, 341
 - 6.3 Quanto às funções exercidas, 354
- 7 Começo da existência da pessoa jurídica, 358
- 8 Grupos despersonalizados (ou entes despersonalizados), 360
- 9 Capacidade e direitos da personalidade da pessoa jurídica, 363
- 10 Domicílio, 366
- 11 Responsabilidade civil e penal da pessoa jurídica, 368
 - 11.1 Noções gerais e teoria da aparência, 368
 - 11.2 Responsabilidade civil da pessoa jurídica de direito público, 370
 - 11.3 Responsabilidade civil da pessoa jurídica de direito privado, 380
 - 11.4 Responsabilidade penal da pessoa jurídica, 382
- 12 Modificação da pessoa jurídica, 384
- 13 Extinção da pessoa jurídica, 385
- 14 Desconsideração da personalidade jurídica (*disregard doctrine*), 387
 - 14.1 Noções conceituais e fundamento, 387
 - 14.2 Breve referência histórica, 390
 - 14.3 Noções conceituais, 391
 - 14.4 As teorias maior e menor da desconsideração da personalidade jurídica, 392
 - 14.5 Requisitos para a desconsideração da personalidade jurídica, 395
 - 14.6 A desconsideração da personalidade jurídica no direito brasileiro, 397
 - 14.7 Desconsideração inversa, 400
 - 14.8 O caráter episódico do *disregard doctrine*, 401
 - 14.9 A desconsideração e as *offshore companies*, 401
 - 14.10 Aspectos processuais da desconsideração da personalidade jurídica, 402
 - 14.11 Desconsideração da personalidade jurídica e os atos *ultra vires*, 404
 - 14.12 A desconsideração expansiva da personalidade jurídica, 405
 - 14.13 Aplicação da teoria do *disregard* no Direito das Famílias, 406
 - 14.14 Aplicação da teoria do *disregard* no Direito das Sucessões, 408
 - 14.15 Aplicação da teoria do *disregard* no âmbito do Direito do Trabalho, 408
 - 14.16 Aplicação da teoria do *disregard* no âmbito da Administração Pública, 410
 - 14.17 Desconsideração e a declaração de indisponibilidade de bens na liquidação extrajudicial de instituições financeiras, 412
 - 14.18 Subcapitalização e desconsideração da personalidade jurídica, 412
 - 14.19 Desconsideração indireta da personalidade jurídica, 413

VI Os Bens Jurídicos, 415

- 1 Considerações gerais: o objeto das relações jurídicas, 417
- 2 Bem e coisa: divergências e aproximações, 421
- 3 Patrimônio jurídico, 423
- 4 Teoria do patrimônio mínimo da pessoa humana, 425
- 5 Classificação, 428
 - 5.1 Generalidades, 428
 - 5.2 Bens corpóreos e incorpóreos, 429
 - 5.3 Bens móveis e imóveis, 430

- 5.4 Bens fungíveis e infungíveis, 433
- 5.5 Bens consumíveis e inconsumíveis, 434
- 5.6 Bens divisíveis e indivisíveis, 435
- 5.7 Bens singulares e coletivos, 436
- 5.8 Bens principais e acessórios, 437
- 5.9 Bens públicos e privados, 444
- 5.10 Bens no comércio e fora do comércio, 446
- 6 O bem de família, 449
 - 6.1 O bem de família consubstanciando a teoria do patrimônio mínimo da pessoa humana (direito ao mínimo existencial), 449
 - 6.2 O bem de família no direito brasileiro, 450
 - 6.2.1 A dualidade de regimes, 450
 - 6.2.2 O valor família, 452
 - 6.2.3 Natureza jurídica do bem de família, 453
 - 6.3 O bem de família convencional, 453
 - 6.3.1 Noções conceituais, 453
 - 6.3.2 Extensão da proteção, 455
 - 6.3.3 Exceções à regra da impenhorabilidade do bem de família voluntário, 456
 - 6.3.4 Legitimação para a instituição do bem de família convencional, 456
 - 6.3.5 Duração, 457
 - 6.3.6 A questão da solvência do instituidor, 457
 - 6.3.7 O Ministério Público e o bem de família, 457
 - 6.4 O bem de família legal, 458
 - 6.4.1 Noções conceituais e a proteção do bem de menor valor, 458
 - 6.4.2 Alargamento do objeto, 459
 - 6.4.3 Constitucionalidade do regime legal do bem de família, 463
 - 6.4.4 Característica do bem de família legal, 464
 - 6.4.5 A extensão da impenhorabilidade somente aos bens de valor médio necessários a uma vida digna. A (im)possibilidade de penhora do imóvel único de elevado valor, 464
 - 6.4.6 Exceções à regra da impenhorabilidade do bem de família legal, 470
 - 6.4.7 Retroatividade, 475
 - 6.4.8 Ampla compreensão do núcleo familiar e a (des)necessidade de fixação de residência efetiva, 475
 - 6.4.9 Alegação no processo, 477
 - 6.5 Redefinindo o bem de família legal: o bem da pessoa humana como expressão de seu patrimônio mínimo (o bem de família da pessoa sozinha), 479

VII Teoria Geral dos Fatos Jurídicos, 483

- 1 Considerações preliminares, 485
- 2 Distinção entre fato jurídico e fato material (ajurídico) e a lógica do mundo jurídico, 486
- 3 Definição do fato jurídico, 487
- 4 Classificação dos fatos jurídicos, 488
- 5 Os diferentes planos do mundo jurídico, 490
- 6 Consequências dos fatos jurídicos, 492

- 6.1 Generalidades, 492
- 6.2 Aquisição de direitos, 492
- 6.3 Modificação dos direitos, 493
- 6.4 Defesa dos direitos, 494
- 6.5 Extinção dos direitos, 494
- 7 Fato jurídico em sentido estrito, 495
- 8 Ato-fato jurídico, 496
- 9 Ato jurídico, 497
- 10 Negócio jurídico, 500
 - 10.1 Noções gerais, 500
 - 10.2 Definição, 501
 - 10.3 Características e breve esboço evolutivo, 502
 - 10.4 Classificação, 505
 - 10.5 Regras de interpretação, 508
 - 10.6 Diferentes planos (dimensões) do negócio jurídico, 511
 - 10.7 Plano da existência e seus pressupostos (elementos de existência), 512
 - 10.8 Plano da validade e seus requisitos: a invalidade (nulidade a anulabilidade) do negócio jurídico, 513
 - 10.8.1 Considerações gerais sobre o plano da validade, 513
 - 10.8.2 Os requisitos da validade, 514
 - 10.8.3 A representação no negócio jurídico, 515
 - 10.8.4 A invalidade do negócio jurídico, 524
 - 10.8.5 Conversão substancial do negócio jurídico, 531
 - 10.8.6 A simulação, 534
 - 10.9 Plano da eficácia e seus fatores, 538
 - 10.9.1 Generalidades, 538
 - 10.9.2 Condição, 539
 - 10.9.3 Termo, 541
 - 10.9.4 Modo ou encargo, 542
 - 10.10 Defeitos do negócio jurídico, 543
 - 10.10.1 Generalidades, 543
 - 10.10.2 Erro ou ignorância, 543
 - 10.10.3 Dolo, 547
 - 10.10.4 Coação, 549
 - 10.10.5 Lesão, 552
 - 10.10.6 Estado de perigo, 557
 - 10.10.7 Fraude contra credores ou fraude pauliana, 560
 - 10.11 O negócio jurídico e a proteção do terceiro de boa-fé, 572
- 11 O fato ilícito, 573
 - 11.1 Advertência prévia, 573
 - 11.2 Noções conceituais, 575
 - 11.3 Efeitos jurídicos decorrentes da ilicitude, 576
 - 11.4 Tutela preventiva e tutela reparatória da ilicitude, 577
 - 11.5 Excludentes de ilicitude, 579
- 12 O abuso do direito, 580
 - 12.1 Noções introdutórias e referências históricas, 580

- 12.2 O abuso de direito na ordem civil-constitucional e a sua íntima relação com a boa-fé objetiva, 583
- 12.3 Reconhecimento e efeitos do abuso de direito, 586
- 12.4 O abuso de direito e o Código Civil (art. 187), 587
- 12.5 Modalidades específicas de atos abusivos (figuras parcelares do abuso do direito), 591
 - 12.5.1 Generalidades, 591
 - 12.5.2 A proibição de comportamento contraditório (*venire contra factum proprium*), 592
 - 12.5.3 A *supressio* (*Verwirkung*) e a *surrectio* (*Erwirkung*), 596
 - 12.5.4 O *tu quoque*, 600
 - 12.5.5 O *duty to mitigate the loss* (o dever do credor de mitigar as próprias perdas), 602
 - 12.5.6 O substancial *performance* (a tese do inadimplemento mínimo ou adimplemento substancial), 604
 - 12.5.7 A violação positiva de contrato (tese do adimplemento fraco ou ruim), 606
- 12.6 O abuso de direito em concreto (aplicação prática), 610

VIII Prescrição e Decadência, 613

- 1 Generalidades, 615
- 2 A prescrição, 617
 - 2.1 Noções conceituais, 617
 - 2.2 Natureza da prescrição e a possibilidade de renúncia, 620
 - 2.3 A questão da *actio nata* e o início da contagem dos prazos prescricionais, 622
 - 2.4 As causas suspensivas e impeditivas da prescrição, 623
 - 2.5 As causas interruptivas da prescrição, 626
 - 2.6 Alegação de prescrição, 629
 - 2.7 Prescrição, pretensão, ação e exceção, 634
 - 2.8 Prescrição intercorrente, 636
 - 2.9 Prazos prescricionais, 637
 - 2.10 Prescrição em matéria tributária, 639
 - 2.11 A prescrição em sede de direito administrativo, 640
 - 2.12 A prescrição na tutela jurisdicional coletiva (ação civil pública, ação popular e ação de improbidade administrativa), 642
- 3 A Decadência, 644
 - 3.1 Noções gerais, 644
 - 3.2 Espécies de decadência, 646
 - 3.3 Alegação da decadência, 647
- 4 Distinção entre prescrição e decadência, 648
- 5 Prescrição e decadência e o direito intertemporal, 652
- 6 Alguns prazos de prescrição e de decadência, 654

IX A Prova do Negócio Jurídico (A Prova Civil e as suas Dimensões), 657

- 1 Escorço histórico e importância, 659
- 2 Noções conceituais, 660
- 3 Prova e verdade: reminiscências imprescindíveis, 662
- 4 Direito constitucional à prova civil, 664

- 5 Natureza jurídica das leis referentes à prova: a combinação das regras do Código Civil com o Código de Processo Civil, 665
- 6 O objeto da prova, 667
- 7 O ônus da prova, 669
 - 7.1 Generalidades e a teoria da carga probatória dinâmica, 669
 - 7.2 O ônus da prova como regra de julgamento, 671
 - 7.3 O ônus da prova no Código de Defesa do Consumidor, 671
- 8 A admissibilidade da prova emprestada, 674
- 9 O juiz e a atividade probatória (os poderes do juiz na produção de provas), 676
- 10 A prova do direito estrangeiro quando admitida a sua aplicação, 678
- 11 A questão da prova ilícita à luz da técnica de ponderação dos valores constitucionais, 679
- 12 Licitude da gravação de conversa por um dos interlocutores, 683
- 13 A interceptação telefônica e a sua excepcional admissibilidade em sede civil, 684
- 14 Possibilidade de requisição de documentos e informações resguardadas por sigilo legal à Receita Federal, ao Banco Central do Brasil e às instituições bancárias, 686
- 15 A revelia e a prova, 687
- 16 A confissão, 688
 - 16.1 Generalidades, 688
 - 16.2 Natureza jurídica (a confissão como um ato jurídico em sentido estrito: sepultando a polêmica sobre o assunto), 689
 - 16.3 A anulabilidade da confissão, 690
 - 16.4 A confissão realizada por quem não pode dispor dos direitos relacionados aos fatos confessados, 691
 - 16.5 A possibilidade de confissão pelo representante da parte, 691
 - 16.6 Não vinculação do magistrado à confissão, 692
- 17 Prova documental, 692
 - 17.1 Generalidades e uma nova concepção de prova documental, admitidos os documentos eletrônicos, 692
 - 17.2 Documento público, 695
 - 17.3 O documento particular, 696
 - 17.4 O telegrama e sua força probatória, 698
 - 17.5 Prova através de cópia fotográfica de documento e necessidade de autenticação oficial, 699
 - 17.6 Cópias produzidas através de fac-símile (fax) ou qualquer meio semelhante, 700
 - 17.7 Ausência do título de crédito ou do documento original e impossibilidade de suprimento de prova, 701
 - 17.8 Uso obrigatório do vernáculo nos documentos e as regras do Mercosul, 702
 - 17.9 Prova documental através de reproduções fotográficas, cinematográficas, registros fonográficos e reproduções mecânicas e a admissibilidade de fotografias digitais, 703
 - 17.10 Admissibilidade do documento eletrônico como prova documental, 705
 - 17.11 Livros e fichas dos empresários e empresas, 705
- 18 Prova pericial, 706
 - 18.1 Generalidades, 706
 - 18.2 Possibilidade de recusa à perícia médica, 708

- 18.3 Perícia médica necessária e a não aproveitabilidade da recusa em submeter-se à perícia, 709
- 18.4 Inaplicabilidade da regra legal a casos específicos de justificada recusa ao exame médico (homenagem ao princípio da proporcionalidade), 710
- 18.5 A presunção judicial gerada pela recusa e a inutilidade do art. 232 do Código Civil, 712
- 19 Prova testemunhal, 714
 - 19.1 Noções gerais, 714
 - 19.2 Admissibilidade da prova testemunhal, 715
 - 19.3 O direito ao silêncio da testemunha e das próprias partes, 717
 - 19.4 A produção de prova testemunhal por meios eletrônicos, 718
 - 19.5 Depoimento de uma única testemunha como meio de prova, 718
 - 19.6 Condições de admissibilidade das testemunhas, 719
 - 19.7 A possibilidade de escusa legítima do dever de prestar testemunho, 724

Referências, 731